



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ - FORO DE IBATÉ - VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana - CEP 14815-000
 Fone: (16) 3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo Digital nº: **1000655-76.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto **Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato**
 Requerente(s) **Suzana Eugênio dos Santos**
 Requerido(s) **Marcos Teófilo de Almeida**

Em 16 de agosto de 2017, às 16 horas e 45 minutos, na sala de audiências da Vara Única do Foro de Ibaté, Comarca de Ibaté, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito **Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a *Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento*, nos autos da ação e entre as partes em epígrafe. **Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes**, verificou-se a presença da Requerente, acompanhada do Defensor, **Dr. José Antonio Basso. Presente** o Requerido, acompanhado da Defensora – **Dra. Magda Soares de Jesus. Presente** a testemunha *Antonio Marcos da Silva*. **Iniciados os trabalhos**, a proposta conciliatória restou FRUTÍFERA, nos seguintes termos: 1) As partes reconhecem a existência da União Estável no período compreendido entre os anos de 2010 e 2016; 2) O requerido pagará à autora o valor total de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em três parcelas sucessivas de R\$500,00 (quinhentos reais), com vencimento no décimo sétimo dia dos meses de setembro, outubro e novembro de 2017, mediante depósito em conta poupança, agência 3047 013, conta nº 14856-0, Banco Caixa Econômica, valendo o comprovante de depósito como recibo. O inadimplemento importará vencimento antecipado com incidência de multa de 10% sobre o valor das parcelas vincendas; 3) As dívidas assumidas e as propriedades dos bens permanecerão na forma atual, nada podendo ser requerido nesse aspecto. Nessa audiência o requerido entregou à autora os boletos referentes à compras realizadas nas "Lojas Cem" com o comprovante do pagamento de quatro parcelas. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "**HOMOLOGO**, por sentença, o acordo celebrado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. **Julgo extinto o processo**, com resolução de mérito, artigo 487, inciso III, "b", do C.P.C, declarando a existência da união estável desde 2010 até 2016. Arbitro os honorários dos patronos nomeados no valor previsto na tabela da Defensoria/OAB". A seguir, pelos interessados, por intermédio de seus advogados, foi manifestada a renúncia ao direito de recorrer. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão:** "**Vistos. Homologo a renúncia ao direito de recorrer, transitando em julgado nesta data esta decisão. Expeçam-se certidões de honorários, para os fins do convênio celebrado entre Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo. Após, arquivem-se os autos**". **ADVERTÊNCIA:** "**O presente termo tem efeito de requisição judicial de modo que eventual recusa ao cumprimento será noticiada ao Juízo e implicará sanções criminais nos termos do art. 22 da Lei 5.478/68 e art. 330 do Código Penal. Sentença publicada na audiência, saem as partes intimadas. Registre-se**". Nada mais. **Nada Mais**. Eu, **CRISTIANE CAROLINA DA SILVA**, Escrevente Técnico Judiciário, matrícula nº M368331, digitei.

Requerente - *Suzana Eugênio dos Santos*:

Defensor – *Dr. José Antonio Basso*:

Requerido(a) - *Marcos Teófilo de Almeida*:

Defensor(a) – *Dr(a). Magda Soares de Jesus*:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA